

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 SETEMBRO DE 2008 A AGOSTO DE 2009

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (Últimos 12 meses)		
	Liquidadas	Inscritas em Restos a Pagar não Processados	Total
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>78.930</b>	<b>0</b>	<b>78.930</b>
Pessoal Ativo	67.059	0	67.059
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)			0
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)			0
Demais Despesas com Pessoal Ativo	67.059		67.059
Pessoal Inativo e Pensionistas	11.871		11.871
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)			0
<b>(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)</b>	<b>13.063</b>	<b>0</b>	<b>13.063</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária			0
Decorrentes de Decisão Judicial			0
Despesas de Exercícios Anteriores	1.309		1.309
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	11.754		11.754
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>65.867</b>	<b>0</b>	<b>65.867</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>			<b>423.852.829</b>
<b>% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = (III / IV) x 100</b>	<b>0,015540%</b>	<b>0,000000%</b>	<b>0,015540%</b>
<b>LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)</b>	<b>0,022319%</b>		<b>94.600</b>
<b>LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)</b>	<b>0,021203%</b>		<b>89.870</b>

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquela em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da lei 4.320/64.

Nome: Des. Júlio Paulo Neto

Cargo: Presidente do TRE/PB

Nome: Ranulfo Lacet Viegas de Araújo

Cargo: Secretário de Administração e Orçamento do TRE/PB

Nome: Humberto Correia R. De Ataíde

Cargo: Coordenador do Controle Interno do TRE/PB